



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

ASSESSORIA TÉCNICA E JURÍDICA PARA A GESTÃO DE BENS SERVIÇOS E PATRIMÔNIO

PARECER Nº 55/2009

DATA: 20.03.2009

LICITAÇÃO: 120/2008 – PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO: 2230/2008

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de impressão e reprografia, com fornecimento e instalação de equipamentos, serviços de assistência técnica, treinamentos, gerenciamento e controle da produção, conforme Termo de Referência do Anexo I do Edital.

RECORRENTE: BRASIF S/A - EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO

RECORRIDA: SIMPRESS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS S/A

ASSUNTO: Recurso contra ato do Pregoeiro

Senhor Pregoeiro

Com vistas a subsidiar a decisão de Vossa Senhoria, apresentamos a análise acerca do Recurso interposto, legítima e tempestivamente, pela empresa BRASIF S/A - EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO diante de seu inconformismo com a decisão que declarou a licitante SIMPRESS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS S/A vencedora do certame licitatório em referência.

Em resposta à manifestação da Recorrente, foram tempestivamente protocolizadas Contra-Razões, sobre as quais, no momento oportuno, teceremos nossos comentários. Então, vejamos:

As alegações recursais são, em suma, as seguintes:

1. Que “Dentre as características exigidas para o Modelo A1 está a obrigatoriedade de frente e verso automático para impressão e cópia nos formatos de papel (A4, Carta e Ofício 2), conforme expresso no Anexo I, na página 20 do Edital”, sendo que “no evento realizado no dia 17.02.2009, da fase de amostra, o equipamento MP161 disponibilizado pela SIMPRESS não atendia as especificações previstas no Edital, eis que referida máquina não efetuava a impressão/cópia frente e verso automática em papel tamanho Ofício 2.

Assim, tem-se que o equipamento responsável por quase metade das máquinas exigidas pela Administração foi apresentado pela Licitante detentora de melhor preço fora das especificações técnicas no momento único da amostra (10 dias)”.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

2. Que "quando fora marcada a continuidade do processo licitatório a opinião do corpo técnico do TJMG e da SIMPRESS mudou em referência a data da amostra quando ambas as partes afirmavam que não havia necessidade de duplex para impressão e cópia no formato Ofício II".

3. Que "Fomos surpreendidos com uma 'diligência' para verificar o que deveria ter sido amostrado no período de amostra.

Entendemos que todos os participantes deste Pregão foram prejudicados pois a SIMPRESS entrou e formou preço com uma solução básica conforme a apresentada no período de amostra e obteve a oportunidade de após o período de abertura do pregão em rever a solução ofertada e com isso obter vantagens não compatíveis com os demais participantes".

4. Que "No momento da 'diligência' ou extensão do prazo de amostra o equipamento MP161SPF não estava no ambiente de teste semelhante ao do ambiente de amostra, ficando impossível se avaliar o que se pretendia no Edital".

5. Que "nos posicionamos no dia 20.02.2009 através de Carta encaminhada ao TJMG que no dia 17.02.2009 a amostra não havia atendido ao Edital.

Entendemos que o período de até 10 dias para amostra fora a oportunidade da empresa melhor colocada apresentar in loco a amostra do item A1 e E, logo a necessidade de realizar diligência no prazo posterior para verificar o que deveria ser comprovado na amostra entende-se como extensão do prazo para amostra".

Requer, ao final, a análise dos fatos pela autoridade do Pregoeiro e pela Comissão de Licitação.

Contestando a manifestação recursal, a empresa SIMPRESS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS S/A, ora recorrida, apresentou, em síntese, as seguintes considerações:

1. Que "Cuida-se de manifestação de intenção de interposição de recurso interposto em face da decisão (...) que declarou a Simpress Comércio, Locação e Serviços S/A como VENCEDORA do certame, após certificado o integral cumprimento por parte desta aos termos do edital".
2. Que "em 04 de fevereiro de 2009, após o credenciamento dos participantes, o pregoeiro declarou aberta a sessão e recebeu dos licitantes a declaração, as propostas e habilitação".
3. Que "O encerramento da proposta de lance deu-se, quando convocadas pelo Ilmo. Pregoeiro, os licitantes manifestaram seu desinteresse em apresentar novos lances, sendo, portanto, a SIMPRESS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS S/A declarada a detentora da melhor oferta.

Todavia, o Ilmo. Pregoeiro solicitou que fossem realizadas diligências, para fins de comprovação dos requisitos solicitados, procedendo teste nas amostras apresentadas pela SIMPRESS. Destarte, a equipe técnica do Tribunal elaborou parecer dos equipamentos apresentados.

Contudo, mediante solicitação da BRASIF, o Ilmo. Pregoeiro requereu diligência complementar que foi conduzida pela equipe técnica e acompanhada por todos os presentes sendo concluída a plena funcionalidade do equipamento, nos exatos requisitos do edital".

4. Que, uma vez analisada a documentação habilitatória e declarada vencedora a empresa Recorrida, a licitante BRASIF S/A Exportação e



Importação "apenas e tão somente manifestou intenção de interpor recurso", não tendo protocolizado suas razões.

5. Que "Ao contrário do que afirma a BRASIF, a equipe técnica do Tribunal asseverou, mediante elaboração de laudo técnico, o completo atendimento das funcionalidades dos equipamentos apresentados pela SIMPRESS, conforme consta na ata circunstancial. E assim, acertadamente, o Ilmo. Pregoeiro declarou a SIMPRESS vencedora do certame.
6. Que "Como demonstrado, todas as fases da Licitação foram integralmente cumpridas, atendendo as necessidades deste respeitável Órgão, com os melhores preços, não merecendo acolhimento as razões possivelmente apresentadas pela BRASIF".
7. Que "É fato incontestável que a declaração da SIMPRESS como vencedora do certame não é causa de infração a qualquer dos Princípios Constitucionais norteadores do processo licitatório" nem tampouco "à legislação pertinente".

Requer, ao final, "seja TOTALMENTE IMPROVIDA a manifestação de interposição de Recurso apresentada pela Licitante BRASIF S/A EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO a fim de que seja mantida na íntegra a decisão de classificação e habilitação da SIMPRESS, com a consequente adjudicação do objeto contratual a esta, por ter atendido a todas as exigências do edital convocatório".

Apresentadas, em resumo, as alegações da empresa Recorrente, bem como as Contra-Razões da Recorrida, passemos à análise jurídica propriamente dita.

Ab initio, cumpre registrarmos os termos editalícios em referência, no tocante aos questionamentos ora consignados. Senão vejamos:

"6. DAS AMOSTRAS

6.1. Após a apuração da melhor oferta, o Pregoeiro, poderá, mediante solicitação da Diretoria-Executiva de Informática – DIRFOR, área técnica responsável pela verificação das especificações técnicas do objeto desta licitação, suspender a sessão para a realização de diligências, que serão efetuadas através de visitas técnicas e análise de amostras.

6.2. Caso solicitado, a licitante detentora da melhor oferta, deverá providenciar uma amostra de cada equipamento dos modelos A1 (multifuncional de pequeno porte) e E (impressora a laser), e os respectivos softwares, para fins de comprovação dos requisitos solicitados.

6.2.1. No prazo máximo de 10 dias corridos contados a partir da solicitação do pregoeiro, esta licitante deverá providenciar a instalação dos equipamentos e dos softwares de gerenciamento/bilhetagem em servidor de rede próprio e com suas licenças de uso. A instalação deverá ser efetuada na DIRFOR, situada na Av. do Contorno, 629 – Belo Horizonte – MG.

6.2.2. A licitante deverá apresentar catálogos originais, prospectos e manuais de operação de todos os equipamentos ofertados ou indicação de sítios oficiais dos fabricantes, para que possam ser verificadas e comprovadas as especificações técnicas exigidas no Edital.

6.2.3. As funcionalidades dos softwares de gerenciamento/bilhetagem serão verificadas com base no item 2.2 do Anexo I, devendo esta licitante instalar 1 (um) servidor de rede com os respectivos dispositivos para comprovação dos requisitos solicitados pelo Tribunal.

6.2.4. O pregoeiro comunicará às licitantes a data, horário e local onde serão efetuados os testes nas amostras apresentadas, para que possam acompanhar todos os procedimentos, caso julguem necessário.

6.2.5. Caso os catálogos, prospectos e sítios originais dos fabricantes não contenham todas as informações necessárias à verificação das especificações técnicas dos equipamentos, a licitante deverá informar



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

local para realização de visita técnica e/ou diligências pelo TJMG.

6.4. A área competente, após analisadas todas as amostras, emitirá parecer técnico ao Pregoeiro acerca da aceitabilidade ou rejeição das mesmas.

6.5. De posse deste parecer, o Pregoeiro agendará nova data e horário para o prosseguimento da sessão, informando-os aos participantes deste certame.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. A apresentação de proposta obriga o licitante declarado vencedor ao cumprimento de todas as disposições contidas neste Edital.

17.2. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, no interesse da Administração:

a) em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;

b) solicitar aos setores competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar suas decisões;

c) sanar, relevar omissões ou erros puramente formais observados no credenciamento, na proposta e na documentação, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação.

17.3. Caso não seja possível decidir de imediato sobre a aceitabilidade da proposta ou dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá suspender o pregão e marcar nova data para sua continuidade, intimando todos os participantes.

(...).

Pela interpretação sistemática dos dispositivos editalícios acima transcritos, podemos extrair as seguintes conclusões:

1ª) Após a apuração da melhor oferta, o Pregoeiro poderá suspender a sessão para a realização de diligências, sendo-lhe facultado promovê-las em qualquer fase da licitação, com vistas a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

2ª) Para que possam ser verificadas e comprovadas as especificações técnicas exigidas no Edital, a licitante deverá apresentar catálogos originais, prospectos e manuais de operação de todos os equipamentos ofertados ou indicação de sítios oficiais dos fabricantes e, caso solicitado, providenciar uma amostra de cada equipamento dos modelos A1 (multifuncional de pequeno porte) e E (impressora a laser).

3ª) A área competente, após analisadas todas as amostras, emitirá parecer técnico ao Pregoeiro acerca da aceitabilidade ou rejeição das mesmas.

4ª) De posse deste parecer, o Pregoeiro agendará nova data e horário para o prosseguimento da sessão, informando-os aos participantes deste certame.

5ª) A apresentação de proposta obriga o licitante declarado vencedor ao cumprimento de todas as disposições contidas neste Edital.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Consignadas as conclusões extraídas dos termos literais do instrumento convocatório, passemos ao exame das ocorrências registradas nos autos do Processo em epígrafe, com vistas a afastar quaisquer dúvidas acerca da atuação do Pregoeiro, na condução do procedimento licitatório. Senão, vejamos:

1. Sessão Pública (04/02/2009): Abertas as Propostas Comerciais, constatou-se, pela descrição dos equipamentos ofertados pela empresa SIMPRESS Comércio, Locação e Serviços S/A (detentora do menor preço ofertado), e constante dos catálogos, prospectos e manuais apresentados, o atendimento das Especificações mínimas exigidas pelo Edital, encontrando-se presentes todas as funcionalidades prescritas.

“Ocorrências relevantes durante a sessão: ITEM SUSPENSO.

(...)

4) A sessão foi suspensa pelo pregoeiro após encerrada a etapa de lances para cumprimento dos procedimentos listados no item 6 do Edital conforme solicitação da equipe técnica do Tribunal presente à sessão.

5) O pregoeiro ratificou os prazos a serem cumpridos pela empresa Simpress Comércio, Locação e Serviços S/A e informou a todos os representantes presentes que serão devidamente convocados para acompanhar, caso tenham interesse, a comprovação dos requisitos solicitados ofertados pela referida licitante.

(...)

7) Após o processo de comprovação todos os licitantes serão convocados para a continuação da presente sessão.”

2. Em 12.02.2009, os Licitantes foram devidamente convocados, nos termos do item 6.2.4 do Edital, para acompanhamento dos testes a serem efetuados nas amostras apresentadas pela empresa Simpress Comércio, Locação e Serviços S/A, que culminou com a apresentação, pela Diretoria Executiva de Informática – DIRFOR, de Parecer Técnico, cuja conclusão das análises foi a seguinte:

“Não foi possível por esta equipe técnica a comprovação, pela amostra, da funcionalidade de impressão frente e verso automático para o Modelo A1, não obstante restar expressamente comprovada a existência da referida funcionalidade no sítio original do fabricante, conforme previsto no item 6.2.2 do Edital.

Diante do exposto, solicitamos que seja realizada diligência complementar para a efetiva comprovação do atendimento à exigência editalícia.”

3. Em 20.02.2009, a empresa Brasif S/A Exportação e Importação protocolizou petição, imediatamente submetida a esta Assessoria, que ponderou ser após a declaração de vencedor, o momento oportuno para a manifestação de qualquer licitante, em conformidade com o prescrito pelo item 8.1 do instrumento convocatório.

4. Em 02.03.2009, os Licitantes foram convocados para a continuidade da Sessão Pública, a realizar-se em 06.03.2009, cujas ocorrências relevantes foram as seguintes:



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

"1) Estiveram presentes à continuidade desta sessão pública, os representantes das empresas SIMPRESS Comércio, Locação e Serviços S/A, Brasif S/A e Xerox do Brasil Ltda., não estando este último com credenciamento.

2) O pregoeiro abriu a sessão fazendo a leitura do parecer emitido pela equipe técnica do Tribunal, referente aos equipamentos apresentados pela empresa SIMPRESS.

3) Logo em seguida, o pregoeiro atendeu à solicitação constante no citado parecer e, após ouvir as considerações do representante da empresa Brasif, procedeu a diligência complementar, que foi conduzida pela mesma equipe técnica e acompanhada por todos os presentes.

4) A equipe técnica, composta pelos servidores Fabiano de Melo Mendes, José Sérgio Pereira Barros e Alex Aguiar de Figueiredo, assessorada pela servidora Rebeca Barbosa de Melo Ribeiro, comprovou a 'funcionalidade de impressão frente e verso automática para o modelo A1'.

(...)

7) Após análise da documentação habilitatória da empresa Simpress Com Locação de Serviços S/A o pregoeiro declarou vencedora a referida empresa.

8) A empresa Brasif S/A manifestou a intenção de manifestação de recurso, a qual foi reduzida a termo anexo a ata.

(...)." (grifamos)

Acrescente-se, a título informativo, que não foram protocolizadas, pela licitante Brasif S/A, suas razões recursais, motivo pelo qual nossa análise restringe-se à manifestação reduzida a termo na Sessão do Pregão, juntamente com as Contra-Razões protocolizadas.

Diante das ocorrências verificadas, entendemos, *s.m.j.*, que não há como prevalecer as teses apresentadas pela Recorrente, pelas razões que passamos a expor:

Mediante a realização de diligência, acertadamente levada a efeito pelo Pregoeiro, e acompanhada por todos os interessados, restou comprovada a plena funcionalidade do equipamento apresentado pela licitante SIMPRESS Comércio, Locação e Serviços S/A, nos exatos requisitos do Edital, inclusive quanto à impressão frente e verso automática para o modelo A1, demonstrando-se faticamente o que já havia sido verificado pelo conteúdo dos catálogos, prospectos e manuais de operação e indicado no sítio oficial do fabricante.

Dessa forma, *contrario sensu* ao que pretendeu demonstrar a empresa Recorrente, independente da opinião quanto à necessidade de duplex para impressão e cópia no formato Ofício II, ou da suposta alteração do ambiente de teste, restou plenamente comprovado, na presença de todos os interessados, o atendimento das exigências editalícias prescritas, "caindo por terra" as alegações apresentadas pela referida licitante.

Socorrendo-nos da interpretação literal dos termos editalícios e confrontando-os com a atuação do i. Pregoeiro, não se vislumbra qualquer irregularidade na condução dos procedimentos adotados. Consta-se, ao contrário, que a atividade desempenhada encontra-se estritamente vinculada não só às prescrições convocatórias, como, e



principalmente, às determinações da legislação pátria acerca da matéria.

Nesse sentido, faz-se mister e oportuno colacionarmos alguns posicionamentos jurídicos, sob os quais guarda respaldo a faculdade de diligenciar, atribuída à autoridade do Pregoeiro, sempre que julgar necessário.

"Valioso sublinhar que, por força do § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/93, aplicado ao pregão de maneira subsidiária, a autoridade competente ou o pregoeiro, em qualquer momento da licitação, pode promover diligência, destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta. Destarte, se ocorrer dúvida sobre o objeto ofertado por licitante, a autoridade competente ou o pregoeiro podem suspender a sessão e promover diligência, a fim de buscar os esclarecimentos reputados convenientes.

Não há razões para reputar proibidas as diligências no pregão. Se o interesse público demanda esclarecimento a respeito de qualquer situação obscura ocorrida durante a sessão, é permitido ao pregoeiro, para preservá-lo, determinar diligências.

(...)

Muito embora, como visto, o critério de julgamento do pregão é o de menor preço, que é o mais objetivo entre todos os critérios, há de se atentar aos atos do pregoeiro, responsável direto pela execução dos procedimentos. O fato é que o pregoeiro preside à sessão em que se desenvolve o pregão, exercendo poder de polícia para o efeito de ordenar e estabelecer os parâmetros para a apresentação das propostas." ¹ (grifamos)

E acrescente-se, aqui, os doutos ensinamentos do mestre Jair Eduardo Santana, segundo o qual a limitação temporal para a aferição das amostras restringe-se ao momento de verificação das propostas, ou seja, "o resultado da análise deve anteceder a verificação das exigências de habilitação do detentor do melhor preço"². (grifamos)

Em outras palavras, significa dizer que as amostras apresentadas devem ser examinadas anteriormente à fase de habilitação. Essa é a única limitação temporal prevista.

Destarte, *s.m.j.*, não procede a alegação recursal no tocante à suposta *"extensão do prazo para amostra"*, haja vista ter sido analisada quando do exame das propostas.

Diante das considerações aqui consignadas, constata-se, sem qualquer margem de dúvida, que a atuação do i. Pregoeiro apresenta-se, desde o início do procedimento licitatório, em perfeita consonância com os ditames normativos disciplinadores da matéria.

Ressalte-se, outrossim, que a licitante vencedora encontra-se estritamente vinculada aos exatos termos de sua proposta, que, *in casu*, atende todas as disposições e exigências prescritas pelo Edital de Licitação.

Desta feita, contrariamente ao que pretendeu demonstrar a empresa Recorrente

¹ NIEBUHR, Joel de Menezes. *Pregão Presencial e Eletrônico*. 4ª ed., rev., atual. e ampl. Curitiba: Zênite Editora, 2006, pp. 185 e 187.

² SANTANA, Jair Eduardo. *Pregão Presencial e Eletrônico. Manual de Implantação, Operacionalização e Controle*. 2ª ed., revista e atualizada. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2008, p. 241.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

(sem, entretanto, apresentar a devida comprovação de suas alegações), não há qualquer prejuízo ou ilegalidade a ser declarada por esta Administração.

Aliás, sendo a licitante SIMPRESS Comércio, Locação e Serviços S/A detentora do menor preço ofertado, cuja proposta cumpre os requisitos insertos no instrumento convocatório, sua desclassificação, neste caso, imotivada, é que configuraria ato lesivo ao interesse público envolvido.

Pelo exposto, esta Assessoria opina, *s.m.j.*, pela manutenção incólume da decisão de Vossa Senhoria que declarou a empresa SIMPRESS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS S/A, ora Recorrente, vencedora do certame, eis que prolatada nos estritos termos do ordenamento jurídico vigente.

À sua elevada e criteriosa apreciação.


Daniela Ataíde Giovannini Alves
Assessora Técnica II


Adriana Lage de Faria Navarro
Assessora Jurídica II

DECISÃO DO PREGOEIRO:

Com base nos fundamentos do Parecer da ASCONT, mantenho a decisão que declarou vencedora do certame a empresa SIMPRESS Comércio, Locação e Serviços S/A. Encaminhem-se os autos à DIRSEP para análise do recurso.

Em 23/03/2009.

Henrique Esteves Campolina Silva
Pregoeiro

DESPACHO DA DIRSEP:

Adotando os fundamentos do Parecer da ASCONT, conheço do recurso, interposto tempestivamente, mas, no mérito, nego-lhe provimento, ratificando a decisão do Sr. Pregoeiro, no tocante à declaração de vencedora da empresa, ora Recorrente. Encaminhem-se os autos à GECOMP para as providências relativas ao certame.

Em 23/03/2009.


Selma Michaelsen Dias

Diretoria-Executiva da Gestão de Bens, Serviços e Patrimônio